

Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930¹

Labyrinths around the city: workmen's villages in Pelotas (RS) 1890-1930

Lorena Almeida Gill²

lgill@terra.com.br

Resumo. Este artigo propõe uma análise sobre como começaram as discussões concernentes à edificação de vilas operárias em Pelotas, e para isso se utiliza de jornais de época e documentos oficiais da Intendência local, especialmente aqueles escritos por Alberto Coelho da Cunha, escrevente municipal por 40 anos. Deixando de lado a idéia freqüente de oposição entre cortiços e vilas operárias, procura demonstrar a precariedade com que as segundas foram construídas, servindo muito mais para beneficiar alguns poucos empreendedores do que para atingir o seu objetivo presumível inicial, ou seja, melhorar as condições de vida da população de baixa renda.

Palavras-chave: vilas operárias, história, Pelotas.

Abstract. This article analyses how the discussions about the construction of the workmen's villages in Pelotas have started. It uses local newspapers of the studied period as its source of information, as well as official documents of the city hall, especially those written by Alberto Coelho da Cunha, municipal clerk for about 40 years. Without focusing the differences between slum tenements and the workmen's villages, this work demonstrates how the villages have benefited businessmen instead of workers, since it hasn't reached its goal: to improve the life conditions of its low income population.

Key words: workmen's villages, history, Pelotas.

¹ Esse texto faz parte da tese "Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930", defendida junto à Pontifícia Universidade Católica do RS, em março de 2004. Consta do capítulo 3, em que é desenvolvida também uma análise sobre os cortiços da cidade.

² Universidade Federal de Pelotas.

Em Pelotas, tal como nas capitais e em outras cidades de porte médio do Brasil, a necessidade da construção de novas habitações e de reforma das existentes recrudescer na virada do século XIX para o XX, quando houve um grande aumento populacional. Em consequência disso, ampliou-se a ocupação espacial da cidade, começando pela zona do Porto, mas alastrando-se em todos os sentidos.

É claro que essa questão não era exclusiva desse período. Os problemas com relação à moradia, principalmente a sua insuficiência, foram constantes ao longo da história (Engels, 1992), mas a associação entre doenças e cortiços tornava-se a cada dia mais reforçada, impondo um debate, sobretudo médico e governamental, no sentido de destruir ou melhorar os cerca de 124 cortiços³ existentes na cidade e impedindo que outros se organizassem. Ao

³ Boletim de Estatística de 1891 para a cidade de Pelotas. Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV). Biblioteca Pública Pelotense (BPP).

mesmo tempo, imaginava-se que a demanda por novas habitações seria resolvida com o incentivo à construção de vilas operárias, fazendo com que empresários com recursos para investir se interessassem pelo tema.

Note-se que, ao contrário do que aconteceu em algumas cidades do Brasil (Blay, 1985), as vilas operárias em Pelotas apenas em raríssimos casos estiveram vinculadas diretamente à existência de uma fábrica, mas sim corresponderam a iniciativas individuais.

Uma das pessoas que mais discutiu o tema na época foi Alberto Coelho da Cunha⁴, funcionário público municipal, que comparou a expansão da cidade à formação de um labirinto.

O termo labirinto pode nos remeter imediatamente a uma fala benjaminiana, que diz:

Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução. Nesse caso, o nome das ruas deve soar para aquele que se perde como o estalar do graveto seco ao ser pisado, e as vielas do centro da cidade devem refletir as horas do dia tão nitidamente quanto um desfileiro (Benjamin, 1993, p. 73).

Cunha, entretanto, o utilizou de uma forma absolutamente negativa, percebendo o aparecimento de novas construções que se emaranhavam, de tal forma que se tornava dificultoso encontrar uma saída. Embora Alberto Coelho da Cunha não perceba a importância ou a magia dos fios de Ariadne e a significação de um labirinto para se perder e se encontrar em uma cidade ou, antes, veja o labirinto somente a partir da presença de um monstro devorador, é possível relacionar o cronista pelotense a um personagem bastante utilizado por Walter Benjamin, que buscou em Baudelaire sua melhor definição: trata-se do flâneur.

Para Benjamin (1989, p. 38):

O flâneur se torna sem querer detetive, socialmente a transformação lhe assenta muito bem, pois justifica a sua ociosidade. Sua indolência é apenas aparente. Nela se esconde a vigilância de um observador que não perde de vista o malfeitor. Assim, o detetive vê abrirem-se à sua auto-estima vastos domínios. Desenvolve formas

de reagir convenientes ao ritmo da cidade grande. Capta as coisas em pleno vôo, podendo assim imaginar-se próximo ao artista.

Alberto Coelho da Cunha não era um “ocioso sonhador”⁵. Sua característica mais evidente era possuir um olhar investigativo, que no primeiro momento parecia desconfiar dos propósitos para somente depois asseverar-se da justeza de uma obra. Em seus escritos percebe-se muitas vezes um tom de ironia, em uma narrativa bastante fluente, de modo que, mais do que passar uma informação, Cunha procurava incorporar à crônica suas impressões mais pessoais.

Artista, detetive, jornalista... Talvez antes de tudo, Cunha tenha sido um observador, que, ao passear sem rumo, revelou em seus escritos um conjunto de transformações essenciais pelas quais a cidade de Pelotas estava passando.

A construção de moradias para a população de baixa renda

Apesar de ser difícil o estabelecimento de um conceito sobre os cortiços⁶, a diferença fundamental entre estes e as vilas proletárias deveria se dar especialmente na existência de serviços higiênicos, previstos nas legislações que começavam a tratar sobre o assunto. Não devemos deixar de ter em vista, no entanto, que uma coisa era o que a lei estabelecia, outra era o que se impunha na prática.

No ano de sua inauguração, 1911, o jornal *A Tribuna*, vinculado à Maçonaria, lançou uma série de artigos que tinham como título “Em favor dos operários – casas baratas”, enfatizando a necessidade da administração municipal construir casas para as classes menos favorecidas da sociedade e/ou incentivar iniciativas privadas criadas com este intento. O texto ressaltou que os cortiços já haviam sido condenados unanimemente pela sua completa insalubridade e que agiu certo a Intendência ao taxá-los com o imposto anual de 20% sobre as rendas. Era preciso, contudo, ir além, construindo moradias higiênicas, com aluguel acessível para operários, como já haviam feito vários países e cidades brasileiras.

⁴ Alberto Coelho da Cunha nasceu em Pelotas no dia 13 de setembro de 1853. Em sua vida profissional, além de ser escrevente municipal, colaborou com vários jornais, publicando contos, crônicas e estatísticas. Para alguns contos, usou pseudônimo de “Vitor Valpírio” e “Jatyr”.

⁵ Embora o ócio seja uma das características fundamentais do flâneur benjaminiano, Bolle (2000, p. 374) trabalha com a idéia de que “ao longo da história, a imagem arcaica do ócio se manifesta de formas diversas, recebendo avaliações muito diferentes”. Para ele, “o discurso sobre o ‘ócio’ e ‘ociosidade’ [...] depende, portanto, do tipo de cultura e da classe social”. A figura do flâneur aparece, desta maneira, permanentemente como ambígua, vinculada ora ao mundo do ócio, ora ao mundo dos negócios, podendo se expressar no dandy, no colecionador, no catador de lixo, no homem-sanduíche, no historiador, no jornalista e em muitos outros papéis.

⁶ Sidney Chalhoub ressalta que os critérios para identificar as habitações coletivas eram muito indefinidos, “se acomodando aos interesses de ocasião das partes em confronto”. Para o autor (1996, p. 40) havia um componente fortemente ideológico nesta discussão, já que quando se definia uma moradia como cortiço, isto servia para “estigmatizar em definitivo determinada habitação coletiva”.

Os redatores apresentaram uma proposta para a consecução desta tarefa, no sentido de estimular a ação dos construtores: “[...] a exemplo de outras municipalidades, oferecer a isenção, por um determinado tempo, do imposto predial, diminuição da taxa cobrada pela água, taxa especial módica para o serviço de esgotos etc”⁷.

Um parecer de 1910, de Alfredo Lisboa⁸ sobre a consecução da rede de esgotos (portanto anterior às notícias do jornal *A Tribuna*), já analisava a conveniência de que, além dos proprietários de casas anti-higiênicas serem intimados a melhorá-las ou até reconstruí-las, caberia ao poder público municipal, através de favores, incentivar a construção de vilas operárias em regiões ermas da cidade.

Foi publicada, quatro anos após, no Relatório da Intendência apresentado por Cypriano Corrêa Barcellos, a Lei n. 81, de 28 de novembro, na qual são concedidas isenções para as construções que se destinassem à moradia de operários e cujo aluguel mensal não ultrapassasse 35\$000 por prédio. Em sua exposição de motivos, explicou o Intendente de Pelotas que tal lei foi motivada por um pedido formulado pela direção da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense⁹. Essa empresa solicitava a dispensa de taxas para casas que pretendia construir para seus operários e que, sendo assim, resolveu estender o benefício para toda a comunidade por um período que não poderia exceder a cinco anos. Em seu artigo 2º constava que cada edificação de uma Vila Operária “[...] não poderá ter menos de três aposentos: dois dormitórios e uma sala de jantar, além de cozinha, sendo o tanque e water-closet no exterior”¹⁰.

Também o Código de Construções de 1915, em seus artigos 41 e 42, fixou regras para a constituição das chamadas vilas operárias, estabelecendo condições para a sua existência: a relação entre a área destinada a espaços livres e área total do terreno não seria inferior a 1 por 3; a largura das ruas internas não seria menor do que seis metros, sendo que estas deveriam ser calçadas e iluminadas; havia a necessidade de que cada casa tivesse um pátio próprio de, pelo menos, 4 m² e latrinas instaladas de acordo com o regulamento sanitário.

Sobre a efetivação da vila operária junto à Companhia Fiação e Tecidos Pelotense não foi encontrada nenhuma referência. Assim como também não foi concretizada a construção de um bairro destinado a particulares e empregados do Estabelecimento Industrial Farmacêutico Souza Soares, em que haveria chalés e casas

rústicas. “Constante de quatorze quadras de terrenos, com sete ruas bastante largas, com espaçosos passeios já todos arborizados, tendo a rua central 30 metros de largura, pela qual passa a linha de bondes, que termina em frente a fábrica”¹¹.

Baseados na idéia de Eva Blay (1985), de que vila operária era aquela construída pelo empregador como um fator de intermediação das relações de produção, foram encontrados três exemplos para Pelotas: o da Cerâmica Pelotense (Leito da Via Férrea), o da Chapelaria Pelotense (Rua Voluntários da Pátria) e o da Vila Ferroviária (Avenida Brasil, esquina rua Tiradentes).

Na cruzada pela extinção dos cortiços e sua substituição por moradias ditas higiênicas, terminaram aparecendo exemplos “encorajadores” na imprensa:

O Sr. José Rodrigues Sant’Anna, industrialista desta praça, tendo adquirido o excelente terreno à rua General Osório n. 478, esquina da General Telles n. 609 a 617, vai mandar demolir o cortiço nele existente. Serão ali aproveitados e restaurados quatro contrafeitos, na feição de casinhas para operários, servidas de esgotos (Diário Popular de 18 de janeiro de 1917, p. 1).

Surgiram, também, notícias de vilas e bairros que começaram a ser construídos. Seus projetos, ou a inexistência destes, foram assim analisados por Alberto Coelho da Cunha:

*Por lugares onde não prevalece o alinhamento urbano e nem vigora o Código de Construções, como criações a parte, de regime independente foram formados bairros e vilas, cuja ligação com ruas do centro urbano, mal se ativa, tão confusa e perturbante é, como é a saída de um labirinto*¹².

O autor citava a Vila da Graça, Simões Lopes, Vilas Joaquim Machado, Joaquim Silva, Manoel Barros, São Francisco de Paula, Hilda, Marchesse, Gotuzzo, Prado, Rheingantz, Caruccio, Santa Marta, Bairro Florentino, Vilas Idalina, Eloah Trápaga, Caruccio Rheingantz, Gastão Duarte, entre outras, revelando o que chamava da construção de uma cidade em círculo informe e disparatado – uma formação que obedecia muito mais às necessidades daqueles aos quais chamava de capitalistas do que das pessoas de poucas posses.

⁷ Jornal A Tribuna de 14 de janeiro de 1911, p. 1.

⁸ O Engenheiro Alfredo Lisboa apresentou em 1900 um projeto à Intendência Municipal de Pelotas para a canalização de esgotos e o abastecimento de água na cidade. Apenas em junho de 1913 foi iniciada a construção da rede, que levou em consideração o plano elaborado em 1900 e reformulado em 1910 por Lisboa.

⁹ A Companhia Fiação e Tecidos Pelotense foi inaugurada oficialmente no dia 14 de novembro de 1910. Chegou a contar com 600 operários, incluindo mulheres e crianças. Funcionava à rua Moreira César (atual Almirante Tamandaré), 52, sendo especializada em manufatura de tecidos de algodão (Osório, 1998, p. 436).

¹⁰ Relatório apresentado pelo Intendente Eng. Cypriano Corrêa Barcellos em 20 de setembro de 1914, p. 8. CEDOV, BPP.

¹¹ O Rio Grande do Sul Industrial. Porto Alegre: Tipografia a vapor de Echenique Irmão & Cia., 1907, p. 46. CEDOV, BPP.

¹² Cunha, Alberto Coelho da. “Cidade em crescimento”. Pasta 618, CEDOV, BPP.

Ao nome de Augusto Simões Lopes (que posteriormente foi Intendente e Prefeito da cidade) esteve ligada a construção, em 1914, da Vila Simões Lopes, que constava “[...] de prédios com quatro aposentos para o aluguel mensal de 30\$000 e com seis, para o de 35\$000 em frente à Estação central à margem direita da Viação Férrea¹³”.

Coelho da Cunha em seu artigo *Notícias descritivas dos distritos de Pelotas* refletiu sobre o lugar, assim dizendo:

Esse bairro acha-se separado da cidade pela linha de trilhos da estrada de ferro [...]. O seu acesso, por agora, é de caminho difícil e tortuoso. Ele está constituído por uma fila de casas, refúgio de uma população proletária. Em seu recinto se depara uma praça ajardinada, dividida em duas seções. Já possui três ou quatro prédios de aspecto mais recomendável. Na extremidade sul dessa avenida, se apresenta com pretensões a exotismo elegante uma espécie de ‘chalet’ suíço, provido de telhado de deixar escorregar neve, e mais um vistoso arremedo de castelo, sobrepujado por um formoso torreão¹⁴.

Idéia um pouco diferente apresentou o jornal *A Opinião Pública*, que em sua primeira página do dia 16 de março de 1920 enalteceu a energia do proprietário, afirmando que “[...] desinteressadamente, desejando concorrer para o embelezamento da cidade, grandes extensões de terrenos foram transformados em lindas praças, perfumadas hoje pelas flores mais finas. O bairro foi se tornando, assim, um dos mais atraentes da cidade, erguendo-se hoje ali construções que honram sobremodo [...]”. Frisou o jornal, no entanto, o fato de ser necessário que fosse construído pela municipalidade um acesso mais fácil ao “futuro bairro”, como uma avenida para comunicação.

Note-se que o empreendimento, que começou com a denominação de vila, tendo, para isso, inclusive favores da municipalidade, passou, com o tempo, a ser chamado de bairro pela imprensa, embora o debate prosseguisse, com alguns vendo o lugar como uma região desprovida de qualquer bem estar à população, e outros percebendo no bairro em formação beleza e infra-estrutura adequada.

Com relação à Vila do Prado, concebida por iniciativa do sindicato Nunes & Companhia, localizada

na zona norte do município de Pelotas, constava para Cunha que:

[...] o proletariado da cidade pelas suas circunvizinhanças adquirindo 6 metros de insípido terreno baldio, como os do varzedo argiloso da vila do Prado, tórridos no verão e encharcados e alagadiços no inverno, fazendo mil sacrifícios decorrentes da carência dos materiais de construção e dificuldades resultantes da sua situação de pobre, tratou de, em solo de sua propriedade, construir o seu casebre e edificar o seu lar¹⁵.

Em um texto publicado no jornal *A Opinião Pública* de 15 de setembro de 1928, p. 1, o mesmo autor traçou uma comparação numérica entre 1899, quando Pelotas possuía 4175 prédios lotados¹⁶ para o imposto predial, e 1928, momento em que havia 7845 prédios aptos para o pagamento do tributo e 2025 prédios nos arredores da cidade, o que perfazia um aumento de 136, 40% para o período, ou 3,68% ao ano.

Se tomarmos como exemplo somente a Vila do Prado, uma das mais ocupadas, em 1911 esta possuía apenas 12 prédios e 65 habitantes, com uma densidade média de 5,41; em 1925, o número de prédios saltou para 359 e a população para 1944 pessoas, mantendo a mesma densidade média. O percentual de aumento foi de 2891% em prédios e 2890% em população¹⁷. Para Alberto Coelho da Cunha, um atento observador, “Produzia-se ao redor da cidade, o *troxe-moxe* governado, um povoamento desordenado, com um plano de edificação que do seu se alheava. Se na cidade se construía um prédio, ao desafio lhe respondiam os subúrbios erguendo, pelo menos, uma dúzia de moradias”¹⁸

Apesar de ser bastante crítico sobre o “novo” negócio que proliferava na cidade, produzindo o que dizia ser um balcão de vendas a varejos a entulhar gavetas de moedas, Alberto chamou a atenção para o progresso que esses empreendimentos trouxeram para Pelotas e também para o fato que as vilas representavam, para os mais destituídos de recursos, a “despreocupação da pressão do senhorio”.

O engenheiro Saturnino de Brito¹⁹, que atuou em projetos de saneamento para Pelotas, não percebeu, de forma tão evidente, alguns dos melhoramentos salientados por Cunha. Para o consultor de inúmeros planos urbanísticos realizados no Brasil e em algumas das principais cidades da Europa,

¹³ Relatório apresentado pelo Intendente Eng. Cypriano Corrêa Barcellos em 20 de setembro de 1914, p. 9. CEDOV, BPP.

¹⁴ Cunha, Alberto Coelho da. “Notícias descritivas dos distritos de Pelotas”. Pasta 659. CEDOV, BPP.

¹⁵ Cunha, Notícias descritivas dos distritos de Pelotas. CEDOV, BPP.

¹⁶ O termo se refere a prédios aptos para o pagamento de imposto predial.

¹⁷ Cunha, Estatística predial suburbana do 1º Distrito. Pasta 659, CEDOV, BPP.

¹⁸ Cunha, Cidade em Crescimento. CEDOV, BPP.

¹⁹ A empresa de Saturnino de Brito foi contratada pela Intendência de Pelotas em 1927, para elaborar um plano de expansão urbana, que consistia em ampliar a rede de esgotos e o abastecimento de água. Saturnino já havia sido consultor da Intendência em 1913.

[...] esse desenvolvimento desordenado e excêntrico – proveniente da procura de terreno barato e da facilidade de construções fora das exigências urbanas – é inconveniente sob todos os pontos de vista, não esquecendo o econômico para a Intendência, que deixa de receber as contribuições que se possam fazer em ruas já beneficiadas e vê surgir o clamor em vias novas, de edificação disseminada (Brito, 1927, p. 12. CEDOV, BPP).

Saturnino reclamou que, muitas vezes, o empreendedor realizava apenas algumas obras prometidas no momento da venda do terreno e as demais acabavam ficando sob a responsabilidade do poder público, que, entretanto, não obtinha nenhum dividendo com o negócio.

Durante a administração de Pedro Luís Osório (1920-1924), a construção de moradias e de loteamentos populares foi ainda mais incentivada. Um exemplo foram os benefícios concedidos a Augusto Simões Lopes para a organização da Vila Proletária São Francisco de Paula²⁰, situada à Avenida 20 de Setembro. O amplo terreno foi dividido em 250 lotes, tendo o proprietário declarado que caberia a ele a construção das casas, cujo pagamento se faria em um prazo de dez anos, a um preço equivalente ao de um aluguel.

O Intendente promoveu a isenção das décimas e emolumentos pelo mesmo período em que os terrenos foram financiados, ao mesmo tempo em que garantiu o serviço de asseio e a possibilidade de eletrificação, via a prestadora “The Rio-Grandense and Power Syndicate Ltda”.

Apesar de se ressaltar o caráter de beneficência daqueles que se envolviam com esta idéia, Osório foi bastante claro ao afirmar tratar-se esta prática de uma operação comercial, devendo, por óbvio, ser bem remunerada. Acreditava, no entanto, que para aquelas pessoas desprovidas de possibilidades financeiras a municipalidade poderia construir casas de aluguel, a fim de que, passado um certo prazo, pudessem ser adquiridas pelos inquilinos. O Relatório da Intendência de 1923 anunciou um plano por ele idealizado “[...] para atender o funcionário e o operário municipal com ordenado e bem estar ainda parcos”. Tratava-se da construção de uma vila operária pela municipalidade, cuja verba inicial era de cem contos de réis.

Pedro Osório, ao fazer referência ao problema da habitação proletária, retomou fortemente a associação

entre insalubridade e maus hábitos, tão reverenciada pela ideologia da higiene:

As classes pobres e laboriosas, além do mais necessitam de habitações higiênicas, saindo de casas insalubres – ponto de partida de todos os vícios, de todas as calamidades que afligem o seu estado social, como já disse alguém, concluindo com estas palavras: ‘Não há reforma que mereça em mais alto grau a atenção e a dedicação dos amigos da humanidade’²¹.

No último ano de seu mandato, o Intendente avaliou que, tendo em vista a cidade estar fadada a uma grande expansão, “[...] cumpre evitar o chamado método natural de crescimento, em que as edificações se constroem a esmo, dispersando a população e encarecendo pelas distâncias os serviços públicos”²².

Para evitar essa situação, tornou-se necessário organizar a cidade do ponto de vista estético e higiênico; para isso, propôs, a partir das idéias do engenheiro licenciado Fernando Rullmann, que o território fosse subdividido em oito quarteirões: centro comercial, centro industrial, zona do comércio da carne, centro de habitação operária, centro de cultura cívica e intelectual, centro de cultura física, cidade jardim e habitação burguesa. O plano baseava-se em várias discussões que vinham sendo realizadas em diferentes lugares, especialmente na Europa. Separava as pessoas, sobretudo pela classe social da qual faziam parte e pela função que exerciam.

É possível identificar alguns traços do projeto na chamada nova versão do modelo progressista, que segundo Choay (1992, p. 22) encontrou sua primeira expressão em *La cité industrielle*, do arquiteto Tony Garnier.

Esse espaço fragmentado não deixa de ser governado por uma ‘ordem’ rigorosa que responda a um novo nível de eficácia, o da atividade produtora. [...] Segundo Tony Garnier, os urbanistas progressistas separam cuidadosamente as zonas de trabalho das zonas de habitat, e estas dos centros cívicos ou dos locais de lazer. Cada uma dessas categorias é, por sua vez, dividida em subcategorias igualmente classificadas e ordenadas. Cada tipo de trabalho, burocrático, industrial, comercial recebe sua atribuição.

Rullmann também utilizou a concepção de Ebenezer Howard, que criava a cidade-jardim²³. Segundo Soares (2001, p. 84), “[...] para o assentamento da elite

²⁰ Diário Popular de 5 de janeiro de 1923, p. 1.

²¹ Relatório apresentado pelo Intendente Dr. Pedro Luís Osório em 1922, p. 36 e 37. CEDOV, BPP.

²² Jornal Diário Popular de 20 de abril de 1924, p. 5, 6 e 8.

²³ Para uma maior discussão sobre o conceito de cidade jardim e sua vinculação entre necessidades individuais e relações comunitárias, ver Magri e Topalov (1987).

se projetou a cidade-jardim, situada no setor de expansão norte, demarcando uma clara segregação espacial em relação à indústria e ao proletariado, que se situavam no setor sul, junto ao porto⁷.

No tocante ao centro de habitação operária, o projeto o localizava anexo ao centro industrial (Várzea), em seu lado norte, em função das vantagens que existiam em estarem ligados o lugar do trabalho com o da moradia. Na própria avaliação do proponente, no entanto, consta que a Várzea foi região pouco procurada, em virtude dos terrenos não terem o escoamento necessário. Essa situação, garantia-se, seria resolvida com o projeto de abertura do canal da Lagoa Mirim, proposto por Ildefonso Simões Lopes.

O local da habitação burguesa, por sua vez, abrangia os terrenos existentes na avenida 20 de Setembro e o bairro Simões Lopes. Na avenida 20 de Setembro havia a Vila São Francisco de Paula, que tinha sido concebida em seu início como proletária e, como já foi dito, era propriedade de Augusto Simões Lopes, assim como o bairro que levou seu sobrenome.

Para a efetivação do projeto de ampliação da cidade de Pelotas (Ato n. 1145 de 23 de abril de 1924), criou-se uma comissão municipal consultiva de urbanismo (Ato n. 1148 de 15 de maio de 1924), composta por João Py Crespo, vice-intendente, Antônio S. Vasconcelos Júnior e Carlos Gotuzzo Giacoboni, conselheiros municipais, Benjamin Gastal, engenheiro do Município, Manuel Luís Osório e Ildefonso Simões Lopes, engenheiros civis, Fernando Rullmann, engenheiro arquiteto e Pedro Martins, médico higienista.

O planejamento de fato não saiu do papel, sendo “[...] adotado parcialmente em alguns bairros novos da cidade, nos quais se realizou um traçado semelhante ao esboçado no plano. Entretanto, as infra-estruturas que deveriam acompanhar o novo desenho urbano não foram construídas, com a qual as contradições entre a área central e o perímetro urbano foram se aprofundando” (Soares, 2001, p. 87)²⁴.

Ildefonso Simões Lopes, engenheiro civil, deputado federal e consultor de urbanismo do município, no ano seguinte publicou no *Diário Popular* (26 de maio de 1925, p. 1), um extenso memorial sobre a situação do saneamento e da saúde da cidade, que qualificou, de forma branda, como desagradável.

De fato, a taxa de mortalidade anual, os mapas referentes às moléstias contagiosas, o cômputo do obituário infantil, postos em destaque, há mais de

vinte anos, pelo saudoso Dr. José Calero, delegado da higiene local, revelavam, já nessa época, a nossa inferioridade, em confronto com outras cidades do país e do estrangeiro.

Simões Lopes mostra uma rede de esgotos bastante deficitária (atendendo 4.500 casas das 9.000 habitadas), assim como uma insuficiente distribuição diária de água potável (de sete a oito milhões de litros quando deveria ser de 14 milhões). Diante desse quadro, a taxa de mortalidade manteve-se estável, mesmo depois de alguns investimentos da administração pública. De 1905 a 1914, a taxa média anual foi de 29 mortos por mil; entre 1915 e 1924, a taxa ficou em 28 por mil.

Para o deputado, o fato de que nos últimos 16 anos sempre a mortalidade tenha sobrepujado a natalidade (com exceção dos anos de 1921 e 1922) foi revelador da necessidade de que as mudanças infra-estruturais precisariam ser mais profundas.

Ildefonso mostrou-se otimista, no entanto, quando avaliou os números relativos à febre tifóide. “Se contra a tuberculose em nada puderam influir as obras de saneamento executadas, o mesmo não se dá quanto à febre tifóide, que baixou consideravelmente, após o funcionamento dos esgotos subterrâneos”. A média anual de óbitos entre 1905 e 1914 foi de 43, ao passo que entre 1915 e 1924 foi de 30,5.

É claro que para uma doença como a febre tifóide, que tinha entre uma de suas causas a hídrica, as obras sanitárias eram importantíssimas. Contudo, se considerarmos o conceito de saneamento em seu sentido mais amplo, qual seja o de “[...] uma série de medidas que tornam uma área sadia, limpa, habitável, oferecendo condições adequadas de vida para uma população” (Houaiss, 2001, p. 2509), também a contaminação que levava à tuberculose deveria ser considerada.

No fim do memorial, o deputado federal propôs um aumento na rede de esgotos e água potável, tratamento das matérias fecais, inspeção de poços e cacimbas, canalização do Arroio Santa Bárbara, estabelecimento de fossas sanitárias sépticas nos subúrbios e a organização de tantas estatísticas quantas fossem necessárias, com a intenção de se ter um quadro real sobre o número de mortes, suas causas e onde aconteciam.

Retomando a questão da habitação, para o jornal *Diário Popular* (4 de novembro de 1925, p. 1) foi Augusto Simões Lopes, que sucedeu Pedro Luís Osório e cujo nome esteve bastante envolvido com projetos de loteamentos e construções, que conseguiu encaminhar o problema da moradia em Pelotas para uma possível

²⁴ O autor lembra que tanto o excessivo plano de Rullmann não foi executado que pouco tempo depois, foi solicitado um novo Plano de Expansão Urbana a Saturnino de Brito.

solução. A notícia deixou de lado o aspecto mais comercial da iniciativa, enfatizando novamente qualidades como humanidade²⁵ e solidariedade daqueles que executavam tais planos.

Seria o caso de todos empreendimentos em que esteve comprometido e também de outros exemplos, como o da Vila Domingos Jacintho Dias, cuja construção de cerca de 100 casas higiênicas foi atribuída a um ato de filantropia da proprietária senhora D. Maria Conceição Barbosa Dias, que, segundo dizia a notícia, as locaria a baixo preço. “As construções tiveram início em 20 de maio e ocuparão, quando concluídas, uma área de 14.400 metros quadrados, sendo, portanto, a maior habitação coletiva de Pelotas e quiçá do Rio Grande do Sul. Outros capitalistas rio-grandenses podem seguir o exemplo e assim concorrerão para o bem comum” (Diário Popular, de 4 de novembro de 1925, p.1).

Na gestão de João Py Crespo (1928-1932) como Intendente Municipal, surgiram outros loteamentos populares.

A Sociedade Imobiliária Pelotense Limitada e a Empresa Territorial de Miguel Russowsky & Cia, representadas, respectivamente, pelos senhores J. M. Etchegoyen e Benjamin Averbuch, assinaram perante esta Municipalidade um termo de responsabilidade, referente ao projeto das vilas ‘Europa’ e ‘Bom Jesus’, pelo qual se obrigaram a dar plena execução das cláusulas dele constantes²⁶.

A firma de Abraham e Benjamin Averbuch construiu o que hoje se constitui num dos mais importantes bairros populares de Pelotas, o Bairro Bom Jesus.

Abraham Averbuch, em entrevista concedida ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, diz o seguinte: como tinha uma irmã que vivia na cidade, resolveu comprar uma propriedade de 80 hectares de terra, pois percebia que os grandes negócios naquele momento eram os loteamentos. Após conversar com o presidente do sindicato dos industriários, no sentido de que incentivasse toda a categoria a comprar os terrenos, compreendeu que o melhor contato seria com os comerciantes. Os quatrocentos lotes e/ou terrenos à prestação foram vendidos principalmente aos comerciantes da cidade (Gill, 2001, p. 99).

Em 1930, pela Lei n. 1 de 16 de setembro, Py Crespo decretou um novo Código de Construções.

Tratava-se, até mesmo pelas necessidades da época, de um documento muito mais abrangente que o de 1915, pois se o primeiro teve 116 artigos, o segundo teria 312. Enquanto em 1915 o capítulo VII tinha como título “Das habitações coletivas e grupos de habitação”, no ano de 1930 o capítulo VIII estudou o tema, intitulando-o “Habitações coletivas e vilas”. A primeira preocupação que aparece com relação ao assunto vilas é estética. No artigo 153, parágrafo 1, determina-se que “[...] as construções em vilas ocuparão fundos de terrenos, cujas frentes, no alinhamento dos logradouros públicos, deverão ser ocupadas por edifícios de agradável estilo arquitetônico de acordo com as exigências relativas aos mesmos logradouros”.

Antes de estabelecer como deveriam ser as casas, inclusive para que permitissem um ambiente higiênico, pretensão, pelo menos em nível de discurso, de todo administrador, foi determinado que as entradas das vilas deveriam ser guardadas por um portão de ferro, a juízo da autoridade a quem caberia a fiscalização. O portão vedaria a possibilidade de se olhar construções sem harmonia nas formas, ao mesmo tempo em que facilitava a ação policial, em investigações realizadas na periferia da cidade. A legislação também normatizou as edificações nas zonas suburbanas (Capítulo XX), que, conforme já explicitado, cresciam de forma impressionante neste momento.

Considerações Finais

Na virada do século XIX para o XX, uma série de doenças epidêmicas se desenvolveu na cidade de Pelotas, como a varíola, a febre tifóide, a peste bubônica, a tuberculose. Essas moléstias, apesar de terem agentes causadores diversos, possuíam em comum o fato de vitimarem, com maior intensidade, a população pobre da cidade.

No discurso oficial, duas questões apareciam como uma espécie de solução ao grave problema de saúde pública: construir instalações adequadas dentro de hospitais ou fora destes e melhorar a habitação dos mais pobres.

Apesar de algumas iniciativas, nenhuma destas medidas teve o impacto que teoricamente pretendiam os governantes. O poder público muito pouco conseguiu fazer para modificar o estado de precariedade das moradias coletivas em que viviam aglomerados, juntamente com suas famílias, jornaleiros, artesãos, operários, a não ser usar os poderes de polícia que possuía para multar e mandar destruir casebres e habitações, que esteticamente prejudicavam a imagem que se pretendia para Pelotas.

A ação construtiva mais pontual foi a tentativa de sanear algumas regiões do município, o que acabou sendo

²⁵ O nome de Augusto Simões Lopes esteve bastante ligado a atitudes de benemerência. Foi Presidente do Asilo de Mendigos de Pelotas e também do Grêmio Esportivo Brasil.
²⁶ Prefeitura de Pelotas, Relatório do Dr. João Py Crespo, 1929-1930, p. 43. CEDOV, BPP.

feito em um longuíssimo período de tempo, sem conseguir abarcar novos territórios denominados de suburbanos.

Por outro lado, as administrações municipais criaram legislações que previam isenções de impostos às construções que se dedicassem à edificação das vilas operárias. Ainda que alguns exemplos puderam ser citados, nem mesmo as condições de financiamento oferecidas poderiam ser utilizadas pela maioria daqueles que somente tinham dinheiro para uma sobrevivência permeada de limitações.

Além do mais, embora as leis sobre vilas operárias fossem mais rígidas, muitas delas ofereceram precárias condições de moradia, estando, em sua maioria, afastadas do centro da cidade, local em que a atividade de trabalho costumava ser exercida.

Para se analisar toda esta situação, os artigos, crônicas e relatórios de Alberto Coelho da Cunha constituem fonte imprescindível. O autor abordou, como poucos, o crescimento disforme da cidade de Pelotas, ressaltando os interesses, diversos e muitas vezes antagônicos, de empreiteiros e da população de baixa renda.

Referências

- BENJAMIN, W. 1993. *Infância em Berlim por volta de 1900*. São Paulo, Brasiliense, Obras Escolhidas, v. 2, 277 p.
- BENJAMIN, W. 1989. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, Obras Escolhidas, v. 3, 217 p.
- BENJAMIN, W. 1983. O narrador. São Paulo, Abril Cultural. *Obras Escolhidas*, v.1, 253 p.
- BLAY, E. 1985. *Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel, 332 p.
- BOLLE, W. 2000. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 427 p.
- CHALHOUB, S. 1996. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 250 p.
- CHOAY, F. 1992. *O Urbanismo*. São Paulo, Perspectiva, 350 p.
- ENGELS, F. 1992. *A Questão da Habitação*. São Paulo, Editora Acadêmica, 88 p.
- GILL, L. 2001. *Clientelchiks: os judeus da prestação em Pelotas (RS) 1920-1945*. Pelotas, Ed. da UFPel, 166 p.
- GILL, L. 2004. *Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do RS – PUC, 316 p.
- HOUAISS, A. 2001. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2922 p.
- MAGRI, S. e TOPALOV, C. 1987. De la cité-jardin à la ville rationalisée: un tournant du projet réformateur. Etude comparative France, Grande Bretagne, Italie, Etats Unis. *Revue Française de Sociologie*, 28(3).
- OSÓRIO, F. 1998. *A Cidade de Pelotas*. Pelotas, Ed. Armazém Literário, 456 p.
- SOARES, P. 2001. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *História em Revista*, 7:65-91.

Fontes

- Boletim de Estatística de 1891 para a cidade de Pelotas. Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV), Biblioteca Pública Pelotense (BPP).
- BRITO, F. S. de. Saneamento de Pelotas (Estado de Rio Grande do Sul). Projetos para desenvolvimento e complemento dos serviços existentes de água e de esgotos. Pelotas: Livraria do Globo, 1927. Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV), Biblioteca Pública Pelotense (BPP).
- CUNHA, Alberto Coelho da. Cidade em crescimento. Pasta 618, Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV), Biblioteca Pública Pelotense (BPP).
- CUNHA, Alberto Coelho da. Notícias descritivas dos distritos de Pelotas. Pasta 659, Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV), Biblioteca Pública Pelotense (BPP).
- Jornais *A Tribuna* de 1911, *Diário Popular* de 1917, 1923, 1924 e 1925 e *A Opinião Pública* de 1920 e 1928. Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV), Biblioteca Pública Pelotense (BPP).
- O Rio Grande do Sul Industrial. Porto Alegre: Tipografia a vapor Echenique Irmão & Cia., 1907. Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV), Biblioteca Pública Pelotense (BPP).
- Prefeitura de Pelotas, Relatório do Dr. João Py Crespo, 1929-1930. Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV), Biblioteca Pública Pelotense (BPP).
- Relatório apresentado pelo Intendente Engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos em 20 de setembro de 1914. Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV), Biblioteca Pública Pelotense (BPP).
- Relatório apresentado pelo Intendente Dr. Pedro Luís Osório em 1922. Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV), Biblioteca Pública Pelotense (BPP).